

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Relatório do auditor independente

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Em 31 de dezembro de 2023

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Administradores e Acionistas da
Arteon Z Transmissão e Participações S.A.
Brasília - DF

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Arteon Z Transmissão e Participações S.A. ("Companhia ou Arteon Z"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Arteon Z Transmissão e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Goiânia, 30 de abril de 2024.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Balanços patrimoniais individuais e consolidados

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.082	3.874	13.749	5.925
Concessionárias e permissionárias	5	-	-	4.781	4.887
Adiantamento a fornecedores	6	17	96	1.668	15.411
Ativo Contratual de Concessão	7	-	-	15.678	15.004
Estoques de almoxarifado operacional		-	-	4.557	-
Tributos a compensar		135	122	419	272
Despesas antecipadas		259	6	581	146
Dividendos a receber	9.c	4.873	3.367	-	-
Outros ativos a receber		-	-	20	-
Total do ativo circulante		8.366	7.465	41.453	41.645
Não circulante					
Caixa restrito	8	4.151	-	8.771	4.910
Ativo contratual de concessão	7	-	-	358.660	358.193
Adiantamento a fornecedores	6	-	-	-	2.264
Investimento	9.b	259.375	242.974	-	-
Total do ativo não circulante		263.526	242.974	367.431	365.367
Total do ativo		271.892	250.439	408.884	407.012
Passivo circulante					
Fornecedores		13	27	1.360	4.705
Empréstimos e financiamentos	10	4.266	-	13.565	12.123
Obrigações tributárias		18	1	1.313	1.104
Encargos setoriais		-	-	397	292
Partes Relacionadas	13	-	1.445	-	1.445
Impostos diferidos	12	-	-	1.057	681
Dividendos		2.941	-	2.941	-
Outros passivos		8.324	8.324	764	8.928
Total do passivo circulante		15.562	9.797	21.396	29.278
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	10	126.217	87.362	233.250	200.026
Impostos diferidos	12	-	-	24.124	24.428
Total do passivo não circulante		126.217	87.362	257.374	224.454
Patrimônio Líquido					
Capital social	14	123.969	116.789	123.969	116.789
Reserva de Capital		-	21.781	-	21.781
Reserva de lucros		6.144	14.710	6.144	14.710
Total do patrimônio líquido		130.114	153.280	130.114	153.280
Total do passivo e patrimônio líquido		271.892	250.439	408.884	407.012

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado do exercício

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receita operacional líquida	16	-	-	47.569	60.174
Custo de implementação e infraestrutura	17	-	-	(5.163)	(20.734)
Custo operacional	18	-	-	(5.285)	(6.749)
Lucro bruto		-	-	37.121	32.691
Despesas gerais e administrativas	19	(1.365)	(854)	(2.953)	(2.540)
Resultado de equivalência patrimonial		24.380	15.390	-	-
Lucro antes do resultado financeiro		23.015	14.536	34.168	30.151
Receitas financeiras		728	706	1.487	1.587
Despesas financeiras		(11.358)	(22.427)	(21.525)	(36.469)
Resultado financeiro	20	(10.630)	(21.721)	(20.038)	(34.882)
Lucro antes da contribuição social e do imposto de renda		12.385	(7.185)	14.131	(4.731)
Imposto de renda e contribuição social		-	-	(1.717)	(1.745)
Imposto de renda e contribuição social correntes		-	-	(29)	(709)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		-	-	(29)	(709)
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício		12.385	(7.185)	12.384	(7.185)
Quantidade de ações		123.969.263	116.789.000	123.969.263	116.789.000
Resultado por ação		0,00010	(0,00006)	0,00010	(0,00006)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	12.385	(7.185)	12.384	(7.185)
Total de resultados abrangentes	12.385	(7.185)	12.384	(7.185)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em Milhares de Reais)

	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros a realizar	Reserva retenção lucros	Resultados acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	54.630	1.509	7.169	21.507	3.172	87.987
Aumento de capital	62.158	-	-	-	-	62.158
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	(7.185)	(7.185)
Reserva de Capital	-	-	-	-	10.320	10.320
Saldos em 31 de dezembro de 2022	116.788	1.509	7.169	21.507	6.307	153.280
Aumento de capital	21.781	-	-	(15.474)	(6.307)	-
Redução de capital social	(14.600)	-	-	-	-	(14.600)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	12.385	12.385
Aumento de reserva legal	-	619	-	-	(619)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(2.941)	(2.941)
Dividendos Intercalares	-	-	-	(4.808)	-	(4.808)
Dividendos Adicionais	-	-	(7.169)	(6.032)	-	(13.201)
Reserva de Lucros	-	-	-	8.824	(8.824)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	123.969	2.128	-	4.017	-	130.114

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Demonstrações individuais e consolidadas dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em Milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro líquido/(prejuízo) do exercício	12.384	(7.185)	12.384	(7.185)
Ajustes por:				
Equivalência patrimonial	(24.380)	(15.390)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	-	22	710
PIS e COFINS diferidos	-	-	50	569
Provisão revisão tarifária	-	-	793	-
Juros sobre empréstimos e financiamentos	10.781	15.660	18.112	25.919
Remuneração do ativo de contrato de concessão	-	-	(33.276)	(34.259)
Receita de operação e manutenção	-	-	(12.278)	(7.307)
Receita de construção	-	-	(5.347)	(21.473)
Custo de construção	-	-	5.163	20.734
Dividendos a receber	-	(3.367)	-	(3.367)
	(1.215)	(10.282)	(14.378)	(25.659)
(Aumento) diminuição nos ativos operacionais				
Contas a receber de concessionárias e permissionárias	-	-	(687)	(1.276)
Ativo de contrato de concessão	-	-	44.598	20.138
Adiantamento a fornecedores e empregados	79	(89)	7.686	18.715
Almoxarifado Operacional	-	-	(4.557)	1.139
Tributos a compensar	(13)	(100)	(147)	(103)
Despesas antecipadas	(253)	-	(435)	1.077
Outros ativos	(295)	-	(315)	-
Aumento (diminuição) nos passivos operacionais				
Fornecedores	14	(11)	(3.317)	(9.121)
Obrigações tributárias	(17)	(13)	174	605
Encargos setoriais	-	-	105	207
Mútuos	-	(4.020)	-	(4.020)
Tributos diferidos	-	-	-	-
Outros passivos	-	11	162	261
Fluxo de caixa consumido pelas atividades operacionais	(1.700)	(14.504)	28.889	1.963
Atividades de investimento				
Reserva de capital originada pela conversão de ações	-	10.321	-	10.321
Caixa restrito	(4.151)	-	(3.861)	(671)
Dividendos recebidos e AFAC em investidas	5.328	-	5.328	-
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	1.177	10.321	1.467	9.650
Atividades de financiamento				
Liberação empréstimo	40.003	32.480	40.003	41.824
Dividendos pagos	(18.009)	-	(26.695)	(19.869)
Adiantamento (redução) para futuro aumento de capital	-	-	2.212	10.368
Aumento capital social	-	7.098	-	7.098
Redução de capital social	(14.600)	-	(14.600)	-
Pagamento de principal e juros - empréstimos	(7.663)	(38.905)	(23.450)	(56.280)
Fluxo de caixa originado pelas atividades de financiamento	(269)	673	(22.530)	(16.859)
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(792)	(3.510)	7.826	(5.246)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	3.874	7.384	7.874	13.120
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.082	3.874	15.700	7.874
(Diminuição)/aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(792)	(3.510)	7.826	(5.246)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

1. Informações gerais

1.1. Objeto social

A Arteon Z Transmissão e Participações S.A. (“Companhia”) é uma *holding* nacional constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado constituída em 8 de fevereiro de 2019 e tem como objetivo social a participação no capital de outras sociedades ou em outros empreendimentos na qualidade de sócia acionista ou quotista associação em consórcio ou qualquer outro tipo de colaboração empresarial. A Companhia tem a sua sedena SAUS Quadra 5, Bloco N, sala 1101, Brasília - DF.

A Companhia detém 100% (cem por cento) do capital social das concessionárias Arteon Z1 Energia S.A.; Arteon Z2 Energia S.A. e Arteon Z3 Energia S.A. e tem o propósito específico e único de explorar concessões de serviços públicos de transmissão prestados mediante a implantação construção operação e manutenção de instalações de transmissão incluindo os serviços de apoio e administrativos provisão de equipamentos e materiais de reserva programações medições e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essas atividades são regulamentadas pela ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

1.2. Da Concessões

As controladas da Companhia possuem o direito de explorar os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Contrato	Prazo (anos)	Revisão Tarifária Periódica			Índice de correção	Receita Anual Permitida - RAP	
			Vencimento	Prazo (anos)	Próxima		R\$	Mês-base
Arteon Z1 S.A (*)	29/2017	30	11/08/2047	5	2028	IPCA	13.084	07/2023
Arteon Z2 S.A (**)	45/2017	30	01/09/2047	5	2028	IPCA	22.799	07/2023
Arteon Z3 S.A (***)	09/2018	30	08/03/2048	5	2028	IPCA	12.509	07/2023

(*) Transmissora composta pela subestação Resende 500/138 kV 3x100 MVA localizada no estado do RJ.

(**) Transmissora composta pela subestação SE Caxias II 230/69-13 8 kV (2x100 MVA) e seccionamento da LT; SE Teresina II 230/69 - 13 8 kV (2x150 MVA) e pela SE Boa Esperança 230/69-138 kV II (2x100 MVA) localizada nos estados do PI e MA.

(***) Transmissora é composto pela subestação SE Itabuna III 230/138 kV 3 x 150 MVA localizada na BA.

1.3. Receita Anual Permitida - RAP

A RAP tem por finalidade remunerar os investimentos na infraestrutura da concessão bem como os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão.

A ANEEL promoverá a revisão da RAP em intervalos periódicos de 5 anos contado do primeiro mês de julho subsequente à data de assinatura do contrato de concessão.

Em dezembro de 2023, todas as SPEs possuíam seus ativos totalmente operacionais.

A receita que será faturada aos usuários do sistema elétrico (distribuidoras, geradoras e grandes consumidores) está garantida por um esquema de contas reservas e de garantias, cujos termos são estabelecidos ao se firmar o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão (CUST) entre o usuário e o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

1.4. Encargos regulamentares

Conforme instituído pelo art.13 da lei 9.427/96 concessionárias permissionárias e autorizados devem recolher diretamente a ANEEL a taxa anual de fiscalização que é equivalente a 0,4% do valor do benefício anual auferido em função das atividades desenvolvidas.

As subsidiárias aplicarão anualmente em pesquisa e desenvolvimento o montante de no mínimo 1% da Receita operacional líquida estabelecida no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico nos termos da Lei nº 9.991/00 e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2. Apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

2.1. Bases de elaboração e apresentação das práticas contábeis materiais

As demonstrações financeiras individuais identificadas como "Controladora" e demonstrações financeiras consolidadas identificadas como "Consolidado" foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações pronunciamentos interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas e somente elas as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Companhia não possui outros resultados abrangentes portanto o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

A Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pela Administração em 30 de abril de 2024.

Com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data a Administração avaliou a capacidade da Companhia e de suas controladas em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e assim dar continuidade a seus negócios futuros. Adicionalmente a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre sua capacidade de continuar operando. Assim estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2. Bases de Mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, a moeda do principal ambiente econômico no qual as empresas atuam. ("moeda funcional") e foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Julgamentos estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração faça julgamentos utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos passivos receitas e despesas. Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos estimativas e premissas considerados críticos estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Constituição de ativo ou passivo fiscal diferido (nota 12)
- Contabilização de contratos de concessão.

Na contabilização dos contratos de concessão as controladas da Companhia efetuam análises que envolvem o julgamento da Administração substancialmente no que diz respeito a aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão determinação e classificação de receitas de implementação da infraestrutura ampliação reforços e melhorias como ativo contratual.

Momento de reconhecimento do ativo contratual

A Administração das controladas da Companhia avaliam o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de implementação da infraestrutura que é reconhecida conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem de construção. A parcela do ativo contratual indenizável é identificada quando a implementação da infraestrutura é finalizada.

Determinação da taxa de desconto do ativo contratual

A taxa aplicada ao ativo contratual é a taxa de desconto que seria refletida em uma transação de financiamento separada entre as entidades e seu cliente no início do contrato (WACC regulatório). Essa taxa refletiria as características de crédito da parte que recebe financiamento no contrato, bem como qualquer garantia ou garantia fornecida pelo cliente ou pela entidade, incluindo os ativos transferidos no contrato. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão. Quando o Poder Concedente revisa ou atualiza a receita que a Companhia tem direito a receber, a quantia escriturada do ativo contratual é ajustada para refletir os fluxos revisados, sendo o ajuste reconhecido como receita ou despesa no resultado.

Determinação das receitas de implementação da infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura é reconhecida a receita de implementação da infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados resultando numa margem de lucro da implementação da infraestrutura quando confrontada com o valor justo da contraprestação dos serviços via Receita Anual Permitida (RAP). As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorridas.

Determinação das receitas de operação e manutenção

Após a entrada em operação quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção é reconhecida a receita pelo valor justo tendo como um dos parâmetros os valores estimados pelo Poder Concedente e os respectivos custos conforme contraprestação dos serviços.

Conforme previsto no contrato de concessão, o concessionário atua como prestador de serviço. O concessionário implementa, amplia, reforça ou melhora a infraestrutura (serviços de implementação da infraestrutura) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação e manutenção) durante determinado prazo. A transmissora de energia é remunerada pela disponibilidade da infraestrutura durante o prazo da concessão.

As receitas de operação, manutenção e implementação de infraestrutura estarão sujeitas a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST.

O contrato de concessão não transfere ao concessionário o direito de controle do uso da infraestrutura de serviços públicos. É prevista apenas a cessão de posse desses bens para realização dos serviços públicos, sendo os bens revertidos ao Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem direito de operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do Poder Concedente, nas condições previstas no contrato de concessão.

O concessionário deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os Pronunciamentos Técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros e ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão. Caso o concessionário realize mais de um serviço regidos por um único contrato, a remuneração recebida ou a receber deve ser alocada a cada obrigação de performance com base nos valores relativos aos serviços prestados caso os valores sejam identificáveis separadamente.

O ativo de concessão registra valores a receber referentes a implementação da infraestrutura e a receita de remuneração dos ativos da concessão.

2.5. Procedimentos de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas aprovada pela Deliberação CVM nº 698/12 abrangendo a Companhia Arteon Z Transmissão e Participações e suas controladas.

As controladas são todas as Companhias nas quais a Arteon Z Transmissão e Participações detêm o controle o controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

As controladas são consolidadas integralmente a partir da data em que o controle se inicia até a data em que deixa de existir.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	Participação (%)	
	31/12/2023	31/12/2022
Arteon Z1 Energia S.A. ("Arteon Z1")	100	100
Arteon Z2 Energia S.A. ("Arteon Z2")	100	100
Arteon Z3 Energia S.A. ("Arteon Z3")	100	100

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as Companhias consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas;
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial; e
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos receitas e despesas entre as empresas consolidadas bem como das contas mantidas entre estas controladas.

3. Principais práticas contábeis materiais

3.1 Instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas aplicaram os requerimentos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros a partir de 1º de janeiro de 2019 relativos a classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros e a mensuração e o reconhecimento de perdas por redução ao valor recuperável.

a) Ativos financeiros

i) Classificação e mensuração

Conforme o CPC48 os instrumentos financeiros são classificados em três categorias: mensurados ao custo amortizado; ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e ao valor justo por meio do resultado ("VJR").

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais e do modelo de negócio para gestão destes ativos financeiros. A Companhia apresenta os instrumentos financeiros de acordo com as categorias anteriormente mencionadas:

Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a ser obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados a aplicações financeiras (nota 4) e caixa restrito (nota 8).

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação de taxa de juros efetiva exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os ativos financeiros classificados nesta categoria estão relacionados ao caixa e equivalentes de caixa (nota 4) e concessionárias e permissionárias (nota 5).

i) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros (impairment)

Conforme o CPC 48 o modelo de “perdas esperadas” se aplica aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

ii) Baixa de ativos financeiros

A baixa (desreconhecimento) de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando são transferidos a um terceiro os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pelas controladas em tais ativos financeiros transferidos é reconhecida como um ativo ou passivo separado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado. Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

3.2 Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. São considerados equivalentes de caixa as aplicações financeiras de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento normalmente se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento em três meses ou menos a contar da data de contratação (nota 4).

3.3 Cauções e depósitos vinculados

A aplicação possui finalidade de constituir Conta Reserva para troca das garantias atuais das obrigações do contratos de empréstimos e financiamentos.

3.4 Ativo de concessão - contratual

Principais características dos contratos de concessão:

De acordo com o OCPC05, parágrafo 84, as concessionárias de transmissão de energia têm a obrigação contratual de construir, operar e manter a infraestrutura. A obrigação de construção da infraestrutura pode estar de forma implícita ou explícita no contrato de concessão.

- RAP: adicionalmente, na atividade de transmissão, a receita anual permitida (RAP) prevista no contrato de concessão é realizada pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende do grau de utilização da infraestrutura (transporte de energia) pelos geradores, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores. Portanto, não existindo “risco de demanda” na operação típica de uma Transmissora. Todavia, a RAP pode ser reduzida em decorrência de indisponibilidade dos sistemas.

A remuneração ao concessionário de transmissão se dá por dois fluxos:

- RAP, parte a ser recebida diretamente dos usuários delegados pelo poder concedente durante o prazo de concessão;
- Indenização dos bens reversíveis no final do prazo de operação da concessão a ser recebida do poder concedente, quando aplicável.

O advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora.

A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente determinado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR. A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual contábil do ativo imobilizado.

- Renovação: a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, mediante requerimento prévio da transmissora;
- Aspectos ambientais: a transmissora deverá implementar, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências;
- Descumprimento de penalidades: nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros, e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, a ANEEL poderá propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado, o valor equivalente às respectivas participações.

Com o CPC 47-Receita de Contrato com Cliente as receitas são reconhecidas em valor que reflete a contraprestação à qual uma entidade espera ter direito em troca da transferência de bens e serviços a um cliente.

Em consequência ao CPC 47, o ICPC01-Contratos de Concessão foi alterado de forma a conciliar a nova norma contábil de receita de contratos com clientes que trouxe dentre outras a definição do ativo contratual, bem como o requerimento claro e explícito de identificação, determinação e alocação de receita conforme a satisfação das obrigações de desempenho estabelecidas nos contratos com os clientes da entidade.

Conforme a alteração normativa do ICPC01 trazida pelo CPC47, no parágrafo 19, a natureza da remuneração paga pela concedente ao concessionário deve ser determinada de acordo com os termos do contrato e que a natureza da contrapartida determina a contabilização subsequente. Todavia, em todos os casos devem ser classificados como "ativo de contrato" durante o período de construção ou de melhoria de acordo com o CPC 47 e tão somente após satisfeita a performance que o ativo deve ser registrado como ativo financeiro, ou seja, após o faturamento.

De acordo com a orientação da CVM através do Ofício Sep 04/2020, para a adequada mensuração do ativo contratual a Companhia deve substancialmente considerar no seu modelo:

- Taxa de remuneração dos contratos sendo a TIR implícita após aplicação das margens;
- Taxa de remuneração - TIR - imutável durante a execução contratual;
- Identificar margens de construção e OeM;
- Aplicar os efeitos da RTP sendo: para OeM por competência de acordo com a execução contratual e demais alterações diretamente no resultado.

3.5 Investimentos

A Companhia bem como suas controladas reconhecem e demonstram os investimentos em controladas por meio do método de equivalência patrimonial.

Demais ativos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

3.6 Passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos quando aplicável dos correspondentes encargos variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

3.7 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários não circulantes estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é calculado e somente registrado se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros implícita dos respectivos ativos e passivos.

3.8 Segmento de negócio

Segmentos operacionais são definidos como atividades de negócio das quais pode se obter receitas e incorrer em despesas com disponibilidade de informações financeiras individualizadas e cujos resultados operacionais são regularmente revistos pela Administração no processo de tomada de decisão.

A Administração da Companhia entende que embora suas controladas reconheçam receita para as atividades de implementação da infraestrutura e de operação e manutenção considerou-se que essas receitas são originadas por contratos de concessão que possuem apenas um segmento de negócio: transmissão de energia elétrica.

3.9 Provisão para redução ao valor recuperável ("impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício não houve a identificação de ativos a terem ajustes no valor recuperável.

3.10 Reconhecimento de receita

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente e CPC 48 - Instrumentos Financeiros, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas (i) quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente; (ii) quando for possível identificar os direitos; e (iii) quando houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito.

As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

- a) Receita de implementação de infraestrutura: serviços de implementação, ampliação, reforço e melhorias de instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de implementação de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos, acrescidos de margem.

A receita de implementação de infraestrutura é reconhecida em contrapartida ao ativo de contrato, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de performance de operar e manter. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de performance de construir, torna-se um ativo financeiro (contas a receber de concessionárias e permissionárias), pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido.

- b) Remuneração do ativo de contrato de concessão: juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa implícita aplicada sobre o valor dos investimentos da infraestrutura de transmissão, e considera as especificidades de cada projeto de reforço, melhorias e leilões. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato de concessão e é determinada no início do projeto e não sofre alterações posteriores. As taxas implícitas utilizadas pela Companhia incide sobre os montantes a receber dos fluxos futuros de recebimentos de caixa.
- c) Receita de correção monetária do ativo de contrato de concessão: Correção reconhecida a partir da operacionalização do empreendimento com base no índice de inflação e metodologia definidos em cada contrato de concessão;
- d) Receita de operação e manutenção: serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, cujo reconhecimento inicia-se a partir da operacionalização do empreendimento. Esta receita é calculada levando em consideração os custos incorridos na realização da obrigação de desempenho, acrescidos de margem.

3.11 Custos e despesas operacionais

Os custos e as despesas são contabilizados pelo regime de competência. Em outras situações são estimadas e provisionadas conforme a melhor estimativa tendo como base critérios uniformes e regulares.

O resultado financeiro líquido é composto, basicamente, por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos e parcelamento de tributos. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos).

3.12 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido

São apurados com base no regime de lucro presumido observando-se as alíquotas de presunção vigentes que incidem sobre a RAP e demais receitas. As alíquotas de imposto de renda são de 15% acrescida de 10% sobre a base de cálculo que exceder R\$60 trimestrais e a contribuição social é calculada à alíquota de 9%. A Companhia optou pelo regime de lucro presumido a partir de 2019.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada.

Os tributos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

3.13 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes resultantes de eventos passados e de perda provável passível de estimativa de valores de liquidação financeira de forma confiável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação seu valor contábil corresponde ao valor presentedesses fluxos de caixa.

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias cíveis e trabalhistas de risco provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis a hierarquia das leis as jurisprudências disponíveis as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico bem como a avaliação dos advogados externos.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 constatou que não há ações movidas contra a Companhia e suas controladas com prognóstico de perda classificadas como "provável" e que gerem, portanto, a necessidade de constituição de provisão para riscos trabalhistas cíveis e tributários bem como identificou que não há causas classificadas como possível que devam ser divulgadas.

3.14 Impostos sobre a receita

a) Impostos sobre serviços

Receitas despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços exceto quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais hipótese em que o imposto sobre serviços é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa conforme o caso.

3.15 Despesas e receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem basicamente as receitas de juros aplicações financeiras e é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem basicamente as despesas bancárias juros multa e despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos que são reconhecidos pelo método de taxa de juros efetivos.

A Companhia e suas controladas classificam os juros como fluxo de caixa das atividades de financiamento porque são custos da obtenção de recursos financeiros.

3.16 Normas e interpretações novas e revisadas

3.16.1. Em vigor desde 1º de janeiro de 2023:

- Contratos de Seguros (CPC 50)/IFRS 17;
- Definição de Estimativas Contábeis (alterações (CPC 23)/IAS 8;
- Imposto diferido relacionado a Ativos e Passivos decorrentes de uma única transação (alterações no CPC 32 (IAS 12));
- Apresentação das Demonstrações Financeiras - Julgamentos de Materialidade (CPC 26)/IAS 1).

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia e, portanto, não afetando a sua posição patrimonial e financeira.

3.16.2. Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não vigentes

A partir de janeiro de 2024:

- Classificação de passivos como circulante ou não circulante (alterações ao CPC 26 (IAS 1));
- Mensuração subsequente em operação Sale and Leaseback (alterações ao CPC 06 (IFRS 16));
- Divulgações sobre os acordos de financiamento de fornecedores - (alterações ao CPC 03 (IAS 7)).

A Companhia está avaliando o impacto das ações desses novos procedimentos, no entanto, não esperam efeitos materiais e/ou relevantes em suas demonstrações financeiras, a partir da entrada em vigor dessas novas normas/pronunciamentos contábeis.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixas e bancos	15	3.874	609	698
Aplicações financeiras	3.067	-	13.140	5.227
	<u>3.082</u>	<u>3.874</u>	<u>13.749</u>	<u>5.925</u>

O saldo de caixa e equivalentes de caixa é composto por caixa e aplicações financeiras de curto prazo. São operações de liquidez diária sem restrição de uso prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa.

A rentabilidade da aplicação CDB em 31 de dezembro de 2023 foi de 100% do CDI e em aplicações compromissadas de curtíssimo prazo foi de 80% do CDI.

5. Concessionárias e permissionárias

Valores referentes ao faturamento da "Receita Anual Permitida" (RAP) e "Demais Instalações de Transmissão" (DITs) da parte que entrou em operação comercial a receber em 3 (três) parcelas vincendas nos dias 15 e 25 do mês subsequente ao faturamento e 05 do segundo mês subsequente.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Concessionárias e permissionárias	-	-	4.781	4.887
	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.781</u>	<u>4.887</u>

Os valores a receber de concessionárias e permissionárias são relativas ao serviço de transmissão de energia, e estão garantidas por estruturas de fianças e/ou acessos a contas- correntes operacionalizadas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). Dessa forma, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

6. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Adiantamento a fornecedores (Circulante)	17	96	1.668	15.411
Adiantamento a fornecedores (Não Circulante)	-	-	-	2.264
	<u>17</u>	<u>96</u>	<u>1.668</u>	<u>17.675</u>

Em 2023, o saldo das contas de adiantamento a fornecedores refere-se a serviços técnico/administrativos e aquisição de materiais relacionados com a operação e manutenção dos empreendimentos. Em 2022, os saldos foram originados no período de implantação dos projetos.

7. Ativo contratual da concessão

O ativo contratual da concessão é de Implementação da infraestrutura - fluxo de recebimento de caixa esperado, referente à remuneração dos investimentos de implementação de infraestrutura de transmissão de energia elétrica descontado a valor presente.

Inclui parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o fim do prazo da concessão (ativos reversíveis).

A seguir a movimentação do ativo de contratual:

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

	Consolidado	
	2023	2022
Saldo inicial	373.197	352.726
Remuneração do ativo de concessão	33.276	34.259
Receita de Construção	5.347	21.473
Receita de operação e manutenção	5.754	7.307
Custo de Construção	-	3.924
RAP Projetada x Realizada	6.525	2.873
(-) Faturamento	(49.761)	(44.798)
Outros	-	(4.567)
Saldo final	374.338	373.197
Circulante	15.678	15.004
Não circulante	358.660	358.193

8. Caixa restrito

As aplicações em conta das controladas Z2 e Z3 referem-se ao contrato de financiamento junto a instituição financeira BNB cuja finalidade é cobrir principal juros e outros custos relacionados ao contrato. O saldo mínimo que deve ser mantido em reserva corresponde a 3% do valor efetivamente desembolsado. Na controladora, a aplicação está vinculada à segunda emissão de debentures simples não conversíveis em ações, no montante mínimo do valor da próxima prestação vincenda.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Aplicação financeira - conta reserva	4.151	-	8.771	4.910
	4.151	-	8.771	4.910

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

9. Investimentos

a) Informações dos investimentos mantidos pela Companhia (controladas)

	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Arteon Z1 Energia	2023	57.886.132	100	57.886	94.041	8.597	85.444	12.042	10.169
Arteon Z2 Energia	2023	63.928.800	100	63.929	178.581	80.976	97.606	20.331	10.349
Arteon Z3 Energia	2023	78.917.878	100	78.918	136.941	60.617	76.324	15.197	3.862
		<u>200.732.810</u>		<u>200.733</u>	<u>409.563</u>	<u>150.189</u>	<u>259.374</u>	<u>47.569</u>	<u>24.379</u>
	Data-base	Qtde. de ações ordinárias possuídas	Participação no capital integralizado %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
Arteon Z1 Energia	2022	57.886.132	100	57.886	90.673	8.347	82.326	11.092	8.949
Arteon Z2 Energia	2022	63.928.800	100	63.929	176.507	87.175	89.332	18.494	5.233
Arteon Z3 Energia	2022	78.917.878	100	78.918	135.734	64.419	71.315	30.588	1.208
		<u>200.732.810</u>		<u>200.733</u>	<u>402.914</u>	<u>159.941</u>	<u>242.973</u>	<u>60.174</u>	<u>15.390</u>

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Movimentação do investimento - controladora

Controladas	Valor do investimento em 2022	AFAC / Dividendos	Equivalência patrimonial	Valor do investimento em 2023
Arteon Z1 Energia	82.326	(7.050)	10.169	85.445
Arteon Z2 Energia	89.333	(2.077)	10.349	97.605
Arteon Z3 Energia	71.315	1.149	3.862	76.326
Total	242.974	(7.978)	24.379	259.375

Controladas	Valor do investimento em 2021	AFAC / Dividendos	Equivalência patrimonial	Valor do investimento em 2022
Arteon Z1 Energia	84.858	(11.481)	8.949	82.326
Arteon Z2 Energia	86.379	(2.279)	5.233	89.333
Arteon Z3 Energia	68.965	1.163	1.187	71.315
Total	240.202	(12.597)	15.369	242.974

c) Dividendos a receber - controladora

Controladas	Data-base	Participação no capital integralizado %	Lucro líquido (prejuízo)	Reserva Legal	Compensação prejuízos acumulados	Dividendos
Arteon Z1 Energia	2023	100	10.169	(508)	-	2.415
Arteon Z2 Energia	2023	100	10.349	(517)	-	2.458
Arteon Z3 Energia	2023	100	3.862	-	(3.862)	-
			24.379			4.873

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

b) Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Saldo inicial	87.362	133.187	212.149	256.076
Captação de empréstimos e financiamentos (ii)	-	-	-	9.344
Captação de empréstimos e financiamentos (iii)	-	32.480	-	32.480
Captação de empréstimos e financiamentos (iv)	40.003	-	40.003	-
Conversão em capital	-	(55.060)	-	(55.060)
Pagamento principal e juros	(7.663)	(38.905)	(23.450)	(56.609)
Capitalização de Juros	-	-	-	-
Juros e variações monetárias e cambiais	10.781	15.660	18.113	25.918
Saldo final	130.483	87.362	246.815	212.149
Circulante	4.266	-	13.565	12.123
Não Circulante	126.217	87.362	233.250	200.026

Cronograma de pagamentos:

	Controladora	Consolidado
2025	7.447	16.127
2026	6.256	15.236
2027	6.587	15.839
2028 a 2043	105.927	186.049
	126.217	233.251

Covenants e garantias

Os Contratos de debêntures possuem cláusulas restritivas a serem seguidas pela Companhia. O "covenant financeiro" foi estabelecido pela emissora com índice de cobertura do serviço de dívida igual ou superior a 1,3X, a serem calculado pela emissora e acompanhados pelo agente fiduciário semestralmente, com base nas demonstrações financeiras regulatórias consolidadas da Companhia, sendo auditadas por empresas de auditoria independente registrados na CVM.

Em março de 2021 houve conversão da primeira série de debêntures conversíveis em ações, tendo como debenturista o XP Infra II Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura.

Em agosto de 2022 houve conversão da segunda e última série, tendo ambas sido emitidas ao valor de R\$ 16.500 mil e à remuneração de IPCA + 9,5% a.a. Após a conversão, o fundo supracitado passou a deter 18,45% do capital total da companhia.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Em junho de 2023, houve conversão da segunda série de debêntures conversíveis em ações, tendo como debenturista o XP Infra II Fundo de Investimento em Participação em Infraestrutura no valor de R\$ 16.556.

- (i) Em 11 de setembro de 2020, a Companhia deliberou pela segunda emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações em série única, com garantia real e fidejussória adicional no montante de R\$ 75.000, com prazo de vencimento em 15 de fevereiro de 2043. A taxa da debênture, originalmente de IPCA + 5,8% a.a., teve acréscimo para IPCA + 6,2% a.a. em fevereiro de 2022 por conta de flexibilização do critério de conta reserva originalmente previsto (redução do colateral exigido de 12 meses para 6 meses de fluxo de pagamento estimado) e em agosto de 2023 passou para 6,3% em virtude da 3ª emissão de debêntures;
- (ii) Em 24 de dezembro de 2019 foi liberada a primeira tranche de um total de duas, relativa aos financiamentos entre a controlada Arteon Z2 Energia SA e o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A. Os contratos tinham como objetivo o financiamento da construção das subestações desta SPE. Este recurso foi disponibilizado em várias liberações, sendo a última em agosto de 2022. Em 07 de fevereiro de 2019, foi liberado o financiamento entre Arteon Z3 e o BNB - Banco do Nordeste do Brasil S.A, cuja finalidade foi o financiamento da construção da subestação da SPE, tendo sua última tranche liberada em abril de 2022;
- (iii) Em 07 de fevereiro de 2022 a Companhia deliberou a emissão de 16 Notas Promissórias Comerciais com o valor nominal de R\$ 2.030 totalizando R\$ 32.480 (CDI + 5,5 aa). Em 06 de dezembro de 2022 a empresa deliberou o aumento de capital com emissão de novas ações, capitalizado a totalidade das Notas promissórias no valor de R\$ 38.560;
- (iv) Em 28 de julho de 2023 foi assinado o instrumento particular de escritura da 3ª (terceira) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, da Arteon Z Transmissão e Participações, no valor de R\$ 40.000 com vencimento em 15 de agosto de 2038

11. Provisões

As demandas judiciais são avaliadas periodicamente e classificadas segundo probabilidade de perda para a Companhia, conforme análise dos assessores jurídicos da Companhia. Provisões são constituídas para todas as demandas judiciais para as quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possui processos judiciais em aberto de natureza cível, trabalhista e tributária com risco de perda provável ou possível.

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

12. Tributos diferidos - consolidado

	<u>31/12/2023</u>	<u>31/12/2022</u>
Base - ativo de contratual da concessão	374.339	373.197
Presunção IRPJ 8% / CSLL 12%		
Imposto de renda diferido passivo	7.475	7.457
Contribuição social diferida passiva	4.043	4.030
	<u>11.518</u>	<u>11.487</u>
PIS diferido (0,65%)	2.434	2.425
COFINS diferido (3,00%)	11.230	11.197
	<u>13.664</u>	<u>13.622</u>
Total	<u><u>25.182</u></u>	<u><u>25.109</u></u>
Circulante	1.057	681
Não circulante	24.124	24.428
		<u>2023</u>
IR Diferido		
Saldo inicial		7.457
Adições		499
Baixa		<u>(481)</u>
Saldo final		7.475
CSLL Diferido		
Saldo inicial		4.030
Adições		251
Baixa		<u>(238)</u>
Saldo final		4.043
Reconhecido no resultado		<u><u>(29)</u></u>

O saldo de PIS e COFINS diferidos apresentados são reconhecidos sobre a receita de implementação da infraestrutura e remuneração do ativo de contratual pela alíquota de 3,65%, o recolhimento ocorrerá à medida que a Companhia receber as contraprestações da RAP de acordo com a IN 1.700/17.

13. Transações com partes relacionadas

Os principais saldos e transações com partes relacionadas no exercício são como segue:

Natureza da operação	Parte relacionada	Controladora				Consolidado			
		2023		2022		2023		2022	
		Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Mútuos	Carlos Eduardo Zarzur	-	-	-	1.445	-	-	-	1.445
		-	-	-	1.445	-	-	-	1.445

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

14. Patrimônio líquido

14.1. Capital social

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$ 116.788.603,88 representado por 116.788.604 30.000 ações ordinárias todas nominativas e com valor nominal de (um real) R\$1.

Em 31 de dezembro de 2023

Acionistas	Capital autorizado	Quantidade de ações	Percentual do capital social	Valor
Calor Eduardo Zarzur	29.733.230	29.733.230	23,98%	29.733.230
Orion Transmissão SA	94.236.033	94.236.033	76,02%	94.236.033
Total	123.969.263	123.969.263	100,00%	123.969.263

- (a.1) Em 19 de junho de 2023, houve aumento do capital no valor total de R\$21.780.659,00, mediante a emissão de 21.780.659 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, mediante a capitalização de reserva de capital da Companhia;
- (a.2) Em 22 de agosto de 2023, houve redução do capital social no valor total de R\$14.600.000,00 com o cancelamento de 14.600.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Companhia, por julgar excessivo em relação ao objeto social da Companhia, na forma do art. 173 da Lei n.º 6.404/76, mediante a restituição do valor total aos acionistas da Companhia, na proporção das respectivas participações no capital social, passando o capital social de R\$138.569.263,00 para R\$123.969.263,00.

14.2. Reservas de lucros

- (b.1) Reserva legal: de acordo com a legislação societária brasileira a Companhia deve transferir 5% do lucro líquido anual apurado nos seus livros societários preparados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil para a reserva legal até que essa Reserva seja equivalente a 20% do capital integralizado. A reserva legal pode ser utilizada para aumentar o capital ou para absorver prejuízos, mas não pode ser usada para fins de distribuição de dividendos. de lucros a realizar:
- (b.2) Refere-se a parcela do dividendo mínimo obrigatório (25%) que excedeu a parcela realizada do lucro líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 conforme artigo 197 da Lei nº 6.404/76. A alocação nessa reserva ocorre para refletir o fato de que a realização financeira do lucro da operação de equivalência patrimonial ocorrerá em exercícios futuros. Uma vez realizado caso a reserva não seja absorvida por prejuízos posteriores a Companhia destinará seu saldo à distribuição de dividendos.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

14.3. Destinação dos lucros

A Companhia usando das prerrogativas dispostas no art. 202 § 4º da Lei 6.404/76 mediante apresentação das justificativas da Administração entendeu que a distribuição de dividendos obrigatórios neste momento é incompatível com a sua situação financeira convertendo-o para reservas de lucros a realizar.

Dessa forma a Administração propõe a seguinte destinação:

Destinação dos lucros	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	12.385	(7.185)
Constituição de reserva legal (5%)	619	-
Base de cálculo de dividendos	11.765	-
Dividendos mínimos obrigatórios	2.941	-
Constituição de reserva de retenção de lucros	8.824	-

Em 2022 a Arteon Z Transmissão e Participação S.A obteve prejuízo e não realizou destinação.

15. Resultado por ação

15.1. Lucro básico por ação

O lucro básico por ações é calculado mediante a divisão do lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada de ações ordinárias em circularização durante o exercício.

	31/12/2023	31/12/2022
(Prejuízo)/lucro líquido do exercício	12.385	(7.188)
Média ponderada de ações	123.969	116.789
Resultado por ação	0,00010	(0,00006)

15.2. Lucro básico e diluído

O lucro diluído por ações é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circularização, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas.

Em 31 de dezembro de 2023 e em 31 de dezembro de 2022, a Companhia não possui qualquer fator diluído em relação ao básico.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

16. Receita operacional líquida

Em 31 de dezembro de 2023 receita com ativo contratual está sendo reconhecida através da taxa de desconto.

Determinada conforme o WACC Regulatória. O Wacc é estabelecido pela ANEEL no momento do leilão refere-se a taxa de retorno esperado pela concessão.

Além disso ocorreu recálculo anual do Ativo Contratual que é efetuado a partir do reconhecimento da receita regulatória conforme resolução homologatória N° 3216 de 23 de julho de 2021.

A Receita de Construção está sendo reconhecida através do custo de construção com margem de construção obtida para cada empresa do grupo através do fluxo financeiro de toda a concessão.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Remuneração do ativo de concessão	-	-	33.276	34.259
Receita de Construção	-	-	5347	977
Receita de O&M	-	-	12.278	27.803
Revisão Tarifária	-	-	(791)	-
Receita bruta	-	-	50.110	63.039
PIS	-	-	(331)	(403)
COFINS	-	-	(1.527)	(1.830)
P&D - Pesquisa e desenvolvimento	-	-	(471)	(481)
TFSEE - Taxa de fisco de serviços de energia elétrica	-	-	(211)	(163)
Receita operacional líquida	-	-	47.569	60.174

As consolidadas possuem Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia celebrado com a União por intermédio da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) onde foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos.

As Companhias reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12) as premissas aplicadas são iguais para todas.

Abaixo resumo das receitas das transmissoras:

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

(a) Serviços de implementação de infraestrutura e Operação e Manutenção

A receita relacionada a implementação da infraestrutura para prestação de serviços de transmissão de energia elétrica sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida conforme gastos incorridos. As receitas dos serviços de operação e manutenção são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela companhia. Quando presta mais de um serviço em um contrato de concessão a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregue.

(b) Remuneração dos ativos de concessão

A receita de remuneração dos ativos é reconhecida pela taxa de juros que reflete a volatilidade econômica sobre o fluxo futuro de recebimento de caixa e que remunera o investimento da infraestrutura de transmissão. A taxa de desconto representa o componente financeiro baseado em uma taxa de mercado estabelecida no início dos contratos.

17. Custo de implementação e infraestrutura

Em 2023, foram finalizados os processos de unitização na Arteon Z3, empresa que entrou em operação em dezembro de 2021 e encerrou saldos de contrato de implantação neste exercício.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Custo de construção	-	-	(5.163)	(20.734)
	-	-	(5.163)	(20.734)

18. Custos operacionais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Materiais e insumos	-	-	(104)	(943)
Serviços de terceiros	-	-	(4.910)	(4.962)
Aluguéis	-	-	(5)	(792)
Seguros	-	-	(152)	-
Outros	-	-	(114)	(52)
	-	-	(5.285)	(6.749)

ARTEON Z TRANSMISSÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

19. Despesas administrativas

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal e encargos	(190)	(85)	(199)	(85)
Materiais e insumos	(1)	-	(6)	(80)
Serviços de terceiros	(1.090)	(764)	(2.584)	(1.995)
Aluguéis	(70)	(5)	(40)	(67)
Outros	(15)	-	(24)	(313)
	<u>(1.365)</u>	<u>(854)</u>	<u>(2.952)</u>	<u>(2.540)</u>

20. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimento de aplicações financeiras	728	685	1.486	1.261
Outras receitas	-	21	-	326
	<u>728</u>	<u>706</u>	<u>1.486</u>	<u>1587</u>
Despesas financeiras				
Encargos Financeiros (a)	(11.129)	(22.289)	(18.462)	(32.549)
IOF, Comissões e Taxas	-	(136)	(2.679)	(2.594)
Multas	(1)	-	(118)	(36)
Outros	(229)	(2)	(266)	(1.290)
	<u>(11.359)</u>	<u>(22.427)</u>	<u>(21.525)</u>	<u>(36.469)</u>
Resultado financeiro líquido	<u>(10.630)</u>	<u>(21.721)</u>	<u>(20.038)</u>	<u>(34.882)</u>

- a) Corresponde ao custo financeiro dos financiamentos, compostos por juros e correção do principal pelo IPCA.

21. Instrumentos financeiros

A Administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando segurança rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável assim não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e justo dos instrumentos financeiros.

21.1. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria

Controladora	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Ativos mensurados pelo custo amortizado					
Caixa e bancos (nota 4)	2	15	4	609	700
Depósitos judiciais e Cauções	2	-	-	-	-
Concessionárias e permissionárias	2	-	-	-	-
Partes relacionadas		-	1.446	-	-
Ativos mensurados a valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras	2	3.067	3.870	13.142	5.225
Caixa restrito	2	4.151	-	8.771	4.910

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando de outra forma indicado)

Controladora	Nível	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Passivos mensurados pelo custo amortizado					
Fornecedores	2	13	27	2.360	4.705
Empréstimos e debêntures	2	130.483	87.362	246.815	212.149

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros ativos e passivos quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou na ausência deste e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros como requerido pelo CPC 46:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2: preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos outras entradas não observáveis no nível 1 direta ou indiretamente nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3: ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva ao valor de mercado.

O valor justo dos recebíveis não difere dos saldos contábeis pois têm correção monetária consistente com taxas de mercado e/ou estão ajustados pela provisão para redução ao valor recuperável assim não apresentamos quadro comparativo entre os valores contábeis e o valor justo dos instrumentos financeiros.

Os instrumentos financeiros da Companhia constantes do balanço patrimonial estão classificados hierarquicamente no nível 2 e apresentam-se pelo valor contratual que é próximo ao valor de mercado.

22. Gestão de risco

As operações financeiras da Companhia são realizadas por intermédio da área financeira de acordo com uma estratégia conservadora visando segurança rentabilidade e liquidez e previamente aprovada pela Diretoria do Grupo. Os principais fatores de risco de mercado que poderiam afetar o negócio da Companhia são:

a) Risco de crédito

As controladas da Companhia mantêm contratos com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) concessionárias e outros agentes regulando a prestação de seus serviços vinculados a usuários da rede básica com cláusula de garantia bancária.

b) Riscos de preço

As receitas da Companhia são nos termos do contrato de concessão a RAP reajustadas anualmente pela ANEEL.

c) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

d) Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente. O objetivo da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade por meio de contas garantidas e financiamentos bancários. A política é a de que as amortizações sejam distribuídas ao longo do tempo de forma balanceada.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais custeio e investimento da Companhia.

23. Gestão do capital

A Companhia utiliza capital próprio e de terceiros para o financiamento de suas atividades sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

24. Seguros (não auditado)

A Administração da Companhia e suas controladas contrata seguros para cobertura de riscos operacionais em níveis considerados suficientes para cobrir eventuais riscos de sinistros.

O escopo dos trabalhos de nossos auditores não inclui opinar sobre a suficiência da cobertura de seguros, a qual foi determinada e analisada quanto à adequação pela Administração de cada empresa.

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Importância Segurada</u>
Riscos Operacionais	Jul/2022 a Jul/2023	145.997.553,03
Responsabilidade Cível	Jul/2022 a Jul/2023	10.000.000,00
Seguro de Garantia	Renova trimestralmente	6.734.172,69

25. Eventos subsequentes

Não ocorreram até presente data eventos que pudessem alterar de forma significativa às demonstrações contábeis, bem como as operações da Companhia.